



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

11 DE MARÇO
SEDE SOCIAL DO COUNTRY CLUB
BOGOTÁ — COLÔMBIA
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELA CLASSE EM-
PRESARIAL DA COLÔMBIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República
da Colômbia, Júlio César de Turbay Ayala:

É com viva satisfação que me dirijo a tão represen-
tativa platéia, integrada por empresários colombianos e
brasileiros.

Desejo registrar, com prazer, que o Presidente Júlio
César de Turbay Ayala se dispôs, com sua presença, a
prestigiar este encontro entre empresários colombianos e
brasileiros. Certamente, não é por acaso que os Presi-
dentes da Colômbia e do Brasil aqui estejam. Nossa pre-
sença, quero crer, simboliza o desejo de ambos os Go-
vernos em contribuir, na sua esfera de atribuições, para
a dinamização de nosso relacionamento econômico. Aos
empresários dos dois países caberá transformar esse de-
sejo numa realidade inovadora, dinâmica e mutuamente
benéfica.

Em nossos dois países, os desafios impostos ao desenvolvimento — e a disposição de enfrentá-los frontalmente — conduzem em bases sólidas ao entendimento entre o Governo e a iniciativa privada.

De nossa parte, persistimos na firme convicção de que a economia de mercado é instrumento adequado para a construção do progresso nacional e o equacionamento dos sérios problemas econômicos e sociais com que ainda convivemos.

Os esforços de modernização e diversificação da economia aqui realizados nos últimos anos, e os resultados obtidos, merecem nossa mais autêntica admiração.

Esses novos contornos, fruto dos esforços conscientes de cada uma de nossas pátrias, fazem florescer condições para um relacionamento de muito maior densidade, rico em oportunidades de renovação. Os espaços criados abrem-se, agora, para uma cooperação ampla, recíproca e igualitária.

As possibilidades de cooperação entre países como os nossos apenas começam a ser aproveitadas. Pela dupla condição de nação latino-americana e de economia em desenvolvimento, participa o Brasil da preocupação de buscar o aperfeiçoamento das formas de integração regional e sub-regional.

Poderemos, assim, agilizar os processos de desenvolvimento e de intercâmbio, tanto dentro da região, quanto entre ela e o conjunto de países em desenvolvimento, e, também, alcançar maior homogeneidade nas negociações econômicas com os países desenvolvidos.

Entre nós, latino-americanos, reduzem-se, felizmente, as dificuldades de comunicação, de reconhecimento da existência de problemas comuns, e mesmo de identifi-

cação de uma cultura que nos é própria. Os esforços de unidade, conscientes e criativos, já abrem caminhos de aproximação. Estamos ultrapassando as estruturas que antes nos afastavam e limitavam o potencial de cooperação e de trabalho conjunto.

Os resultados animadores alcançados no âmbito regional nos estimulam à participação ativa no nível mais amplo das relações Sul-Sul, em que um esforço amplo e metodizado se torna imprescindível para alargar as bases de entendimento e cooperação.

Ao consenso em torno de certos pontos no diálogo Norte-Sul, é fundamental que acrescentemos fluxos efetivos de comércio e capitais entre os países em desenvolvimento.

Estou convencido de que o êxito do trabalho pioneiro com vistas ao estabelecimento de laços de efetiva parceria entre os países em desenvolvimento vai depender de inequívoco empenho político por parte dos Governos e de positiva atuação das classes empresariais.

O empenho político e a ação empresarial terão de ser tanto mais amplos quanto maiores as dificuldades opostas à ampliação dos vínculos entre as nações em desenvolvimento, por tanto tempo alheias umas às outras, e ainda hoje predominantemente voltadas, nos planos econômico, comercial e financeira, para os grandes centros industriais.

Diante de maior unidade de ação por parte dos países do Sul, o mundo industrializado mais facilmente perceberá que a reforma do sistema econômico internacional representa a reinterpretação de um jogo de interesses em que eles, desenvolvidos, não são partícipes exclusivos.

As nações em desenvolvimento, por esforço próprio, conquistaram novo e importante espaço na economia internacional. Seu potencial de expansão vê-se, porém, comprometido, pela continuidade dos fundamentos que regem o relacionamento entre o Norte e o Sul.

As reuniões multilaterais não geram transformações de fundo. As reivindicações do Terceiro Mundo obtêm uma ou outra concessão marginal, que nem sequer chega a compensar os obstáculos de neoprotecionismo, da transmissão de tensões inflacionárias e da elevação generalizada das taxas de juros nos mercados de capitais.

A insensibilidade dos países desenvolvidos, que relutam em perceber as novas realidades, os tem impedido de agir racionalmente. E é simples verificar que os interesses que os ligam aos países em desenvolvimento podem, e devem, ser reconstruídos num contexto de mutualidade.

A situação que prevalece não só reproduz as estruturas de poder já existentes, como bloqueia a articulação e o curso de fórmulas alternativas.

Deve a sociedade internacional representar um campo de coordenação e não de subordinação. A geometria a impor é a da horizontalidade e não a da verticalidade, que inibe as adaptações e transformações.

Trata-se de passar de simples interação para um verdadeiro sentido de mutualidade, o que pressupõe a consciência de um desafio concreto e de que as mudanças a administrar são inadiáveis. Deve, para tanto, ser superada a crença errônea de que se disputam lugares em espaço estreito e decrescente, com a certeza de que juntos, Norte e Sul, teremos capacidade para ampliar consideravelmente os horizontes de progresso e desenvolvimento ao alcance de todas as nações.

Existem, hoje, no mundo industrializado, setores que insistem em ver no surgimento econômico dos países em desenvolvimento, como fornecedores relativamente dinâmicos de manufaturados, motivo de preocupação e ameaça a justificar o recurso a medidas restritivas.

O esforço em conseguir para nossos países, no cenário mundial, lugar à altura de nossas potencialidades não deve ser interpretado como ameaça aos interesses de outras nações. Ao contrário, constitui fator de ampliação das oportunidades de atividade produtiva para todos os nossos parceiros.

Temos sido a base larga de uma pirâmide que já não suporta o excessivo peso dos privilégios de seu topo, e por isso reivindicamos seriamente maior linearidade na distribuição dos custos e benefícios havidos ao nível internacional.

Repudiamos como sutis expressões de distanciamento do Norte em relação ao Sul a tentativa de introduzir categorizações restritivas entre os países em desenvolvimento, seja segundo seu nível de renda ou grau de industrialização, seja segundo sua condição de importadores ou exportadores de petróleo.

O que deve ficar claro é que, se estamos empenhados em ampliar nossa participação nas trocas internacionais e no reforço de nossa capacidade tecnológica e estrutura produtiva, não o fazemos com base na busca de vantagens unilaterais.

As soluções para as presentes dificuldades econômicas brasileiras estão sendo encaminhadas de modo a assegurar ao País menor vulnerabilidade a fatores imprevisíveis de origem externa, mas sem prejuízo de uma re-

forçada vinculação com a economia internacional, em termos mais estáveis e fecundos, para o Brasil assim como para seus parceiros.

Senhores,

As relações econômicas entre a Colômbia e o Brasil registram saudável comportamento de expansão. Persistem, porém, possibilidades amplas de um e outro lado, que continuam a aguardar aproveitamento.

O fato de se constituir o café no principal produto de exportação da Colômbia e do Brasil não tem acarretado quebra de sintonia entre nós. Ao contrário, nossos dois países têm adotado posições comuns e atuado em concerto, beneficiando-se, no mercado internacional do café, das vantagens de cooperação a que me referi anteriormente.

A unidade dos produtores tem, com frequência, se mostrado instrumento eficaz para contrapor-se à falta de vontade política dos consumidores, em busca do pleno funcionamento do Convênio Internacional do Café.

Temos consciência de que o relacionamento estável e progressivo é o que se apóia em vantagens recíprocas. De nossa parte, prevalece plena abertura para a Colômbia. Seus empresários devem sentir o Brasil como um parceiro comercial amplo e confiável, com condições, já, de absorver ampla gama de produtos industrializados colombianos, complementares à nossa produção. Estamos receptivos às suas visitas e desejosos de seus negócios.

Verdadeiramente esperamos que iniciativas como a da exposição colombiana, realizada em Manaus, em 1979, que tão bons frutos produziu, se multipliquem pelas demais regiões brasileiras.

O importante é que não deixemos de perceber com clareza que somos duas nações vizinhas, com grau de industrialização relativamente elevado e potencial de incremento das transações, nos dois sentidos. Há muito a percorrer, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

O fluxo de importações e exportações entre o Brasil e a Colômbia representa menos de 0,5% do comércio externo brasileiro. Do mesmo modo, a participação do Brasil no comércio externo colombiano é modesta, situando-se abaixo dos 2,5%.

Elevar os níveis desse intercâmbio será responsabilidade dos Senhores, a quem caberá buscar novas formas e novos mecanismos para o pleno aproveitamento das oportunidades existentes e para a criação de novas, dando forma e movimento ao quadro de bom entendimento que tradicionalmente une nossos dois governos e nossos dois povos.

Muito obrigado.